

2 - Projeto de lei nº 822, de 1987, apresentado pelo deputado Hilkiás de Oliveira, dando a denominação de "Investigador de Polícia Dionízio Gomes de Oliveira" à Delegacia de Polícia de Adamantina, naquele Município.

3 - Projeto de lei nº 823, de 1987, apresentado pelo deputado Hilkiás de Oliveira, dando a denominação de "Investigador de Polícia Benedito Benício Baliero" à Delegacia Seccional de Polícia de Adamantina, naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 824, de 1987, apresentado pelo deputado Milton Baldochi, dando a denominação de "Profa. Aparecida de Fátima Silva" à Escola Estadual de 1º Grau do Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco II, em Carapicuíba.

5 - Projeto de lei nº 825, de 1987, apresentado pelo deputado Arthur Alves Pinto, dando a denominação de "Prefeito Manoel Mendes Pequeto" ao Centro de Saúde III Mirassolândia, naquele Município.

6 - Projeto de lei nº 826, de 1987, apresentado pelo deputado Arthur Alves Pinto, dando a denominação de "Ana Maria Pagliossi" à Escola Estadual de 1º Grau do Jardim Paulista, em Várzea Paulista.

7 - Projeto de lei nº 827, de 1987, apresentado pelo deputado Vicente Botta, dando a denominação de "Professor Elias João Ferrari" à Delegacia de Ensino de São Carlos, naquele Município.

8 - Moção nº 721, de 1987, apresentada pela Comissão de Obras Públicas, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem liberados recursos a Fundo Perdido para a perfuração de poço tubular em Pompeia.

9 - Moção nº 722, de 1987, apresentada pelo deputado Osvaldo Sbeghen, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem importados sais e componentes necessários à fabricação de "Morfina" através da Central de Medicamentos.

10 - Moção nº 723, de 1987, apresentada pelo deputado Lobbe Neto, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem suspensos os efeitos da resolução do Banco Central que impede a liberação de financiamentos aos municípios inadimplentes, pelos bancos estaduais.

11 - Moção nº 724, de 1987, apresentada pelo deputado Walter Lazzarini, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem liberadas verbas para o Centro de Defesa da Agricultura, da Embrapa, em Jaguariúna, para benefício da agricultura.

12 - Moção nº 725, de 1987, apresentada pelo deputado Tonico Ramos, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser adotado, pela Telesp, o sistema "Tele-Feira".

13 - Moção nº 726, de 1987, apresentada pelo deputado Wilson Toni, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem adotadas as medidas que especifica, com o objetivo de melhorar o trânsito e diminuir o número de acidentes nas rodovias.

#### 3a. Sessão

1 - Projeto de lei nº 816, de 1987, apresentado pelo deputado Paulo Osório, dando a denominação de "Osmar Marcondes Machado" à Casa da Agricultura de Rio Claro, naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 817, de 1987, apresentado pelo deputado Vitor Sapienza, declarando de utilidade pública a "Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Odontologia", na Capital.

3 - Projeto de lei nº 818, de 1987, apresentado pelo deputado Waldyr Trigo, dando a denominação de "Octávio Sampaio da Silva" ao Posto de Atendimento da Secretaria de Estado de Relações do Trabalho de São Paulo, em Batatais.

4 - Projeto de lei nº 819, de 1987, apresentado pelo deputado Osvaldo Sbeghen, declarando de utilidade pública a "Creche São Francisco de Assis", em Duartina.

5 - Projeto de lei nº 820, de 1987, apresentado pelo deputado Maurício Najjar, dando a denominação de "Vereador Mário Castresano Gorrera" à EEPG do Jardim Piaçá I, em Moji das Cruzes.

6 - Moção nº 720, de 1987, apresentada pelo deputado Luiz Francisco, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser instalada agência do Banco do Brasil em Apiaí.

#### 4a. Sessão

1 - Projeto de lei nº 810, de 1987, apresentado pelo deputado Antonio Calixto, declarando de utilidade pública o "Clube dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar - 3a. Região", em Ribeirão Preto.

2 - Projeto de lei nº 811, de 1987, apresentado pelo deputado Paulo Osório, declarando de utilidade pública a "Hospedaria de Emaus", em Rio Claro.

3 - Projeto de lei nº 812, de 1987, apresentado pelo deputado Edinho Araújo, dando a denominação de "Professor Aimone Sala" à Escola Estadual de 1º Grau do Bairro Rio Branco, em Guararapes.

4 - Projeto de lei nº 813, de 1987, apresentado pelo deputado Sylvio Martini, dando a denominação de "Prof. José Rossi Neto" à EEPG do Núcleo Habitacional José Garcia, em Guararapes.

5 - Projeto de lei nº 814, de 1987, apresentado pelo deputado Luiz Dlinto Tortorello, dispondo sobre a reabertura de prazo para a inscrição facultativa no Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE.

6 - Projeto de lei nº 815, de 1987, apresentado pelo deputado Ivan Valente, criando a Comissão Estadual de Fiscalização e Licenciamento Nuclear.

7 - Moção nº 716, de 1987, apresentada pelo deputado Hilkiás de Oliveira, apelando para o Sr. Presidente da Assembleia Nacional Constituinte no sentido de ser concedida, na futura Constituição, ao funcionário público estadual, o direito de retirar o PASEP para aquisição de imóvel ou para quitação de saldo devedor.

8 - Moção nº 717, de 1987, apresentada pelo deputado Tadashi Kuriki, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser resolvida a situação financeira das microempresas do País.

9 - Moção nº 718, de 1987, apresentada pelo deputado Waldyr Trigo, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser incluído dispositivo na Lei nº 10261/68, prevendo a acumulação de dois cargos privativos de cirurgião-dentista.

10 - Moção nº 719, de 1987, apresentada pelo deputado Waldyr Trigo, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser incluído dispositivo na Lei nº 10261/68, prevendo a acumulação de dois cargos privativos de farmacêutico.

#### 5a. Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 43, de 1987, apresentado pelo Tribunal de Justiça, alterando enquadramento e criando cargos de Agente de Segurança Judiciária, naquele Tribunal.

2 - Projeto de lei nº 804, de 1987, apresentado pelo deputado Conte Lopes, declarando de utilidade pública a "Patrúlia Militar Cívica de São Paulo", na Capital.

3 - Projeto de lei nº 805, de 1987, apresentado pelo deputado Laerte Pinto, dando a denominação de "Professor Nelson Ferreira da Silva" à Escola Estadual de 1º Grau Cidade Jardim, em São José dos Campos.

4 - Projeto de lei nº 806, de 1987, apresentado pelo deputado Osmar Thibes, declarando de utilidade pública a "Sociedade Amigos do Bairro Morro Grande", em Tatuí.

5 - Projeto de lei nº 807, de 1987, apresentado pelo deputado Luiz Dlinto Tortorello, declarando de utilidade pública o "Lar Bem-vindo", em Santo André.

6 - Projeto de lei nº 808, de 1987, apresentado pelo deputado Jorge Tadeu Madalen, dando a denominação de "Girlando Minelli" à Escola Estadual de 1º Grau do Jardim Jaci, em Guarulhos.

7 - Projeto de lei nº 809, de 1987, apresentado pelo deputado Ivan Valente, dispondo sobre a preservação da cobertura vegetal do Estado.

8 - Moção nº 713, de 1987, apresentada pelo deputado Mauro Bragato, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser implantado sistema de Telefone Urbano no Distrito de Cel. Couliart, em Álvares Machado.

9 - Moção nº 714, de 1987, apresentada pelo deputado Tadashi Kuriki, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem adotadas as medidas que especifica para preservação dos mananciais do País.

10 - Moção nº 715, de 1987, apresentada pelo deputado Mauro Bragato, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser mantido o atual subsídio aos micros, pequenos e médios produtores rurais, sobre o saldo devedor apurado no final da renegociação da dívida originária da Resolução 1335 do BACEN.

#### Em pauta por 3 (três) sessões

Para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o item 2, parágrafo único do artigo 152, do Regimento Interno (Prioridade)

#### 1a. sessão

1 - Projeto de lei nº 829, de 1987, apresentado pelo deputado Roberto Gouveia, declarando área de proteção ambiental a Região do Parque e Fazenda do Carmo.

2 - Projeto de lei nº 833, de 1987, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando o Executivo a prestar garantia junto ao Tesouro Nacional para operações de financiamentos externos, destinadas ao Programa de Recuperação e Modernização da Fepasa.

#### Em pauta por duas sessões

Para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com § 1.º, do artigo 155, do Regimento Interno (Redação)

#### 2ª sessão

1 - Projeto de lei nº 271, de 1987, apresentado pelo deputado Roberto Gouveia, acrescentando dispositivo ao artigo 1º da Lei nº 5505, de 5/01/87, com o objetivo de exigir prova de situação regular perante o Instituto de Arrecadação da Previdência e Assistência Social, na habilitação às licitações. Parecer nº 1934, de 1987, da Comissão de Redação.

2 - Moção nº 419, de 1987, apresentada pelo deputado Jorge Tadeu Madalen, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser construída passarela para pedestres na altura do km 555, da Rodovia "Fernão Dias". Parecer nº 1935, de 1987, da Comissão de Redação.

#### ORADORES INSCRITOS

##### Pequeno Expediente do dia 2-3-88

1 - GUIOMAR DE NELLO	17 - WADIN HELO
2 - LUCAS BUZATO	18 - ROBERTO PURINI
3 - FERNANDO SILVEIRA	19 - IVAN VALENTE
4 - TELMA DE SOUZA	20 - EDSON FERRARINI
5 - ERASMO DIAS	21 - SYLVIO MARTINI
6 - HATIRO SHIMONOTO	22 - OSMAR THIBES
7 - LUIZA ERUNDINA	23 - CONTE LOPES
8 - MAURÍCIO NAJJAR	24 - MARCELO ROMANO MACHADO
9 - JOSÉ MACHADO	25 - TADASHI KURIKI
10 - EDUARDO BITTENCOURT	26 - IVAN ESPÍNDOLA DE ÁVILA
11 - VANDERLEI MACRIS	27 - INOCÊNCIO ERUELLA
12 - JOSÉ DIRCEU	28 - BARROS MUNHOZ
13 - JOSÉ CICOTE	29 - ARNALDO JARDIM
14 - MAURO BRAGATO	30 - APANÁSIO JAZADJI
15 - ISRAEL ZUCKER	31 - RUBENS LARA
16 - WALDEMAR CHUBACI	32 - ERCI AYALA

##### Grande Expediente do dia 2-3-88

1 - FERNANDO SILVEIRA	12 - TADASHI KURIKI
2 - GUIOMAR DE NELLO	13 - IVAN VALENTE
3 - ERASMO DIAS	14 - ERCI AYALA
4 - APANÁSIO JAZADJI	15 - JOSÉ CICOTE
5 - HATIRO SHIMONOTO	16 - MAURÍCIO NAJJAR
6 - WADIN HELO	17 - WALDEMAR CHUBACI
7 - EDUARDO BITTENCOURT	18 - BARROS MUNHOZ
8 - SYLVIO MARTINI	19 - ARNALDO JARDIM
9 - VANDERLEI MACRIS	20 - RUBENS LARA
10 - EDSON FERRARINI	21 - IVAN ESPÍNDOLA DE ÁVILA
11 - JOSÉ DIRCEU	22 - MARCELO ROMANO MACHADO

#### PARECERES

##### Parecer n.º 4, de 1988

Da Comissão de Relações do Trabalho, sobre a Moção n.º 325, de 1987, à qual se acham anexadas as Moções n.ºs 507 de 1987 e 562 de 1987

De autoria do Deputado Roberto Purini, a Moção em epígrafe objetiva apelar para o Senhor Presidente da República no sentido de que o imposto sobre a renda não mais incidirá sobre os adicionais percebidos a título de insalubridade, periculosidade e turno.

Em pauta, nos termos regimentais, a proposição não foi alvo de emenda.

Na sequência do processo legislativo, é encaminhada a este órgão técnico ao qual compete analisá-la e exarar parecer quanto a seu mérito.

Resaltamos, principalmente, que à presente proposição foram anexadas, através dos requerimentos de fls. 4 e 7, as Moções n.ºs 507/87 e 562/87, de autoria da Deputada Luiza Erundina e do Deputado Barros Munhoz, respectivamente, que versam sobre matéria análoga, sendo, assim, todas submetidas ao mesmo parecer, de acordo com o prescrito no artigo 72, da VI Consolidação do Regimento Interno.

As compensações financeiras concretizadas na composição dos salários a título de adicionais e insalubridade, periculosidade e de turnos significam uma conquista dos trabalhadores, sujeitos a condições desfavoráveis em suas atividades específicas, as quais, a despeito de representarem quantias reduzidas, colaboram para minorar a difícil situação econômica da camada assalariada.

O pleito visando a não incidência do imposto sobre a renda nestes adicionais é, assim, reivindicação humanitária. Acresça-se a isto que não podem ser considerados como renda, aqueles adicionais, uma vez que se reportam aos prejuízos permanentes que se verificam as condições físicas e de higiene dos trabalhadores que os percebem.

Essas razões permitem-nos a manifestação favorável ao encaminhamento da Moção n.º 325, de 1987, bem como das que lhe estão anexadas.

É o nosso parecer.

a) Mauro Bragato

Aprovado o parecer do relator, favorável à proposição. Sala da Comissão, aos 3-12-87.

a) CLARA ANT — Presidente

Maria do Carmo Prunzi, Clara Ant. Antonio Calixto, Milton Baldochi

#### ATOS ADMINISTRATIVOS

##### Atos da Mesa

De 1.º-3-88

Exonerando, nos termos da 1.ª parte do item 2, do § 1.º do artigo 58, da Lei Complementar n.º 180/78:

Leila Rezende dos Reis, RG 5.904.975, do cargo que vem exercendo, em comissão, e em Jornada Completa de Trabalho, de Assessor Técnico de Gabinete, Padrão "21-A", do SQC-1, da Secretaria da Assembleia Legislativa, da Tabela I da Escala de Vencimentos 4, a partir de 1.º de fevereiro de 1988. (Ato 110/88).

Maria Beatriz Moreira Andreatta, RG 8.768.317, do cargo que vem exercendo, em comissão, e em Jornada Completa de Trabalho, de Auxiliar Parlamentar, Padrão "17-A", do SQC-1, da Secretaria da Assembleia Legislativa, da Tabela I da Escala de Vencimentos 2, a partir de 8 de fevereiro de 1988. (Ato 112/88).

Nomeando, nos termos do inciso I do artigo 20, da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978:

Leonel Martins Serra, RG 3.791.583, para, em comissão e em Jornada Completa de Trabalho, exercer o cargo de Auxiliar Parlamentar, Padrão "17-A", do SQC-1, da Secretaria da Assembleia Legislativa, da Tabela I da Escala de Vencimentos 2, em vaga decorrente do falecimento de Sérgio Monteiro. (Ato 109/88).

Fernando Maier Ramuth, RG 13.608.972, para, em comissão e em Jornada Completa de Trabalho, exercer o cargo de Assessor Técnico de Gabinete, Padrão "21-A", do SQC-1, da Secretaria da Assembleia Legislativa, da Tabela I da Escala de Vencimentos 4, em vaga decorrente da exoneração de Edson Ramuth. (Ato 111/88).

##### Decisão n.º 52, da Mesa

De 29-2-88

Processo RG 537/68

Interessado — Viúva e filhos do ex-funcionário (falecido) Tarciso Carlos Nardini.

Assunto — Pagamento, a título de indenização, a beneficiários de funcionário falecido, de períodos de férias e licenças-prêmio não gozadas — Proposta de alteração da Decisão 325/86, da Mesa, de forma a permitir o pagamento mesmo que, por falta de requerimento do funcionário falecido, não tenha havido indeferimento do gozo o oportuno dos períodos correspondentes — Aplicação norma, à Secretaria da Alesp, das regras do Decreto 25.353, de 10-6-87.

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, tomando conhecimento da matéria tratada no presente Processo, decide, no uso de suas atribuições e à vista das manifestações, que adota, dos Senhores Diretores, 1.º Secretário e Assessoria Técnico-Jurídica da Presidência, Determinar a aplicação, em caráter normativo, à Secretaria da Alesp, do Decreto 25.353, de 10 de junho de 1986, ficando expressamente revogada a Decisão 325, de 10 de julho de 1986, que dispõe sobre o mesmo assunto, exceto no que diz respeito à

# GUARATINGUETÁ

## Uma agência da Imprensa Oficial para atender o Vale do Paraíba

Venda de modelos oficiais e publicações

Rua Frei Lucas, 80  
Fone (0125) 22-3024



IMPRESA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP

Democratizando a Informação